

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado a prestar depoimento nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a fim de explicar as modificações legais anunciadas pelo governo que retiram direitos dos trabalhadores.

JUSTIFICAÇÃO

A eleição presidencial de 2014 será caracterizada pelos historiadores brasileiros como um dos maiores estelionatos eleitorais já praticados contra o povo brasileiro. Entre os fatos que mais se tornam notórios em relação a esta afirmação é a proposta do novo governo que subtrai uma série de direitos dos trabalhadores. Incrivelmente, a então candidata Dilma Rousseff notabilizou-se, durante a campanha presidencial, em acusar o seu oponente de ser contra os direitos conquistados pelos trabalhadores.

Entre as mudanças está a adoção de um prazo de carência para o acesso ao seguro desemprego. Pela proposta do governo, o trabalhador precisará ter pelo menos 18 meses de registro em carteira para solicitar o benefício pela primeira vez. Esse prazo cai para 12 meses na segunda solicitação e apenas na terceira solicitação se iguala ao prazo atual, de seis meses.

O recebimento de abono salarial também deve mudar. Atualmente, quem recebe até dois salários mínimos tem direito ao benefício caso trabalhe mais de 30 dias no ano. Na nova regra, passa a vigorar uma carência de seis meses e o valor será proporcional ao tempo de trabalho – assim como acontece com o 13º salário.

Outra questão que precisa ser esclarecida também em relação ao seguro-desemprego diz respeito aos seus gastos (e, em escala menor, abono salarial), os quais responderam por R\$ 10 bilhões, dos R\$ 17 bilhões do déficit total do Tesouro. Um crescimento de 21,7% em relação ao período anterior.

Como são vinculados ao mínimo, estes valores subiriam 6,78%, se tivessem de atender ao mesmo número de trabalhadores desempregados.

Contudo, subiram o triplo.

Mas, de fato, deveriam ter caído, porque o desemprego, em 2013, foi de 5,4 por cento; e, em 2014, ficou em 4,8 por cento, supostamente a menor marca da história.

Dentro desse contexto, torna-se essencial que o Ministro venha a esta Casa a fim de que explique claramente à população brasileira a supressão de seus direitos.

Sala da Sessão, em 25 de março de 2015.

Senador **RONALDO CAIADO**
Democratas/GO